

Termo de Referência 6/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

6/2025

110322-GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Editado por

FELIPE LOPES

Atualizado em

31/01/2025 11:02 (v 2.0)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

00185001413/2024-76

Processo Administrativo

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para aquisição de utensílios de mesa, copos, talheres, roupas de cama e afins, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	COPO LONG DRINK Copo de vidro cristalino transparente de capacidade para 350ml, com fundo reforçado nas seguintes dimensões: Diâmetro da boca 6,2 cm x Altura 14 cm	442704	UND	48	29,93	1.436,64
2	TAÇA VINHO BRANCO Taça de cristal titanium transparente de capacidade para 250ml, nas seguintes dimensões: volume - 250ml; Diâmetro da Peça-07cm x 22cm; Diâmetro da Borda- 0,12cm; Espessura da Borda- 0,12cm; Diâmetro do bojo- 08cm; Diâmetro da base- 07,5cm; e Espessura da haste- 0,77cm	243007	UND	48	31,39	1.506,72
3	COPO DE VIDRO CRISTALINO Copo de vidro cristalino transparente de capacidade para 205ml, com fundo reforçado nas	393527	UND	48	37,18	1.784,64

	seguinte dimensões: Diâmetro da boca 6,4 cm x Altura 8,3cm.					
4	COLHER DE CAFÉ Colher de café feito em material aço inox, com as seguintes dimensões: 11,4cm altura x 2,6 cm largura.	379340	UND	96	2,53	242,88
5	COLHER CHÁ Colher de chá feito em material de aço inox, com as seguintes dimensões: 12,6cm de altura x 2,9cm de largura. Material: aço inox	274109	UND	96	3,85	369,60
6	COLHER DE SOPA Colher de sopa feita em material aço inox, com as seguintes dimensões: 22cm de altura x 5cm de largura.	232833	UND	48	8,50	408,00
7	CAIXA TÉRMICA 40L Caixa térmica de Alta qualidade e resistência, feita em material de Poliuretano, contendo alça para transporte e isolamento térmico. Destinada a conservar a temperatura por um período mínimo de 12 horas, com as seguintes dimensões: Comp 51cm x Larg 42cm x Alt 38cm; Capacidade entre 40 e 45 litros.	373321	UND	12	293,51	3.522,12
8	COOLER TÉRMICO COM DUAS RODAS 42L Cooler Térmico com 02(duas) rodas e 42 litros de capacidade de dimensões: 41cm x 38cm x 50cm. Com uma tampa para abertura na parte superior. O Carrinho consiste em uma base com caixa térmica e rodas para todos os tipos de terreno e uma alça retrátil.	338808	UND	08	267,17	2.137,36
9	TAPETE CAPACHO Feito em material de Polipropileno e borracha, na coloração preta contendo as	300417	UND	12	67,05	804,60

	seguintes dimensões: 40 cm x 60 cm. Característica importante: Antiderrapante.					
10	<p>JOGO AMERICANO</p> <p>Jogo americano antiderrapante feito em material 100% PVC na coloração preta e contendo as seguintes dimensões: 45cm x 30cm. Característica importante: Antiderrapante</p>	266267	UND	36	25,44	915,84
11	<p>CONJUNTO BANHO 5 PEÇAS</p> <p>Feito em Fio Cotone Speciale, composto de 100% algodão, na coloração branca. Nas seguintes Medidas: Toalha de Banho 86cm X 1,50m; Toalha de Rosto 48cm X 80cm; Piso 48cm X 80cm, Característica importante: Conjunto vendido em kit de 5 peças. (2 toalhas de banho, 2 toalhas de rosto e 1 toalha de piso) gramatura de 500g /m²..</p>	606421	UND	08	163,93	1.311,44
12	<p>TOALHA PISO PARA BANHEIRO</p> <p>Toalha feita em material: 100% algodão na cor branca. contendo as seguintes dimensões: 70 cm x 48 cm em formato retangular e gramatura de 600g/m².</p>	416485	UND	24	24,80	595,20
13	<p>TOALHA LAVABO</p> <p>Kit com 06 toalhas para enxugar mãos e rosto, feita em fio penteado com 100% algodão na composição, na coloração branca. Contendo as seguintes dimensões: 30cm X 50cm com gramatura de 540g/m².</p>	467237	UND	04	42,66	170,64
14	<p>JOGO DE CAMA QUEEN 4 PEÇAS</p> <p>Peças de roupa de cama na coloração branca, feitas em tecido 100% Algodão, 1000 fios, no tamanho Queen contendo as seguintes dimensões: Lençol de cima 2,40 m x 2,60m; Lençol de baixo 1,60 m x 2,00m x 40cm; Fronhas 50cm x 70cm, Acabamento:</p>	612169	UND	08	380,88	3.047,04

	Sobre lençol deve possuir bordado aplicado; Fronha com 3 abas de 7cm e bordado aplicado; Características importantes: kit com 4 peças (1 Lençol de Baixo com elástico, 1 Lençol de Cima, (2 Fronhas) e combinação de cores branco com bordado Natural.					
15	<p>CONJUNTO QUEEN 3 PEÇAS</p> <p>Peças de roupa de cama na coloração azul marinho, feitas em tecido 100% Algodão, 1000 fios, no tamanho Queen, contendo as seguintes dimensões: Lençol de cima 2,40 m x 2,60m; Fronhas 50cm x 70cm. Características importantes: acabamento 1000 fios, 100% algodão tamanho queen , kit com 3 peças (2 porta travesseiros e 1 colcha) na cor, branca.</p>	445385	UND	04	273,60	1.094,40
16	<p>COBERTOR QUEEN</p> <p>Tamanho queen a coloração rosê com material micro flanelado composto 100% em poliéster. nas seguintes dimensões: 158cm x 198cm. Com 380g/m² de gramatura e bordas costuradas</p>	603916	UND	04	512,05	2.048,20
17	<p>COBERTOR MICROFIBRA SOLTEIRO</p> <p>Tamanho solteiro na coloração azul com material micro flanelado composto 100% em poliéster. nas seguintes dimensões: 88cm x 188cm. Com 380g/m² de gramatura e bordas costuradas.</p>	618514	UND	150	79,23	11.884,50
18	<p>CABIDE ANTIFURTO</p> <p>Cabide preto que mantém-se fixo no varo através de sistema de argola com trava. Feito em material de polipropileno e poliestireno, nas seguintes dimensões: 42cm (C) x 5,5cm (L) x 26cm (A). Características importantes: cabide anti furto</p>	207134	UND	50	27,77	1.388,50

19	CARRINHO DE MÃO DOBRÁVEL Carrinho de mão com estrutura em tubo de alumínio, conexões em polipropileno, rodas revestidas com borracha sintética, base dobrável, cabo telescópico e plataforma em alumínio fundido. Tamanho das rodas 7.0 /0”, altura mínima do carrinho 79,00cm, altura máxima do carrinho 107,0cm, largura da base do carrinho 48,0 cm, comprimento da base do carrinho 35,0cm, capacidade de carga do carrinho 100kg.	239944	UND	06	455,67	2.734,02
VALOR TOTAL:						R\$ 37.402,34

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da(s) ata(s) de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada vantajosidade dos preços, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Havendo prorrogação da ata de registro de preços, a estimativa da demanda realizada considerou a possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que, ocorra dentro do prazo de vigência e que seja comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

1.6. Não será admitido a adesão a ata de registro de preços.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos 2 e 7 dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 120 a 128

IV) Classe/Grupo: 7110 e 8460

V) Identificador da Futura Contratação: 110322-90077/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico 6 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Os materiais devem apresentar alta qualidade e serem fabricados com matérias-primas resistentes e duráveis, reduzindo assim a necessidade de substituição frequente e, conseqüentemente, o descarte desnecessário, diminuindo o impacto ambiental, resultando assim em economia financeira a longo prazo.

4.1.3. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria, para cada item preferencialmente em, material reciclável, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.4. Os resíduos eventualmente gerados com a presente contratação, principalmente com a substituição de peças e insumos inservíveis, serão encaminhados à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada, conforme determinado na alínea 'a', inciso I, do art. 31 da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida amostra na presente contratação.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido a baixa complexidade dos materiais a serem adquiridos no presente processo.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento, no seguinte endereço: Secretaria de Segurança Presidencial, Departamento de Apoio Logístico, Coordenação-Geral de Logística, avenida N-2 Norte – S/N, Fundo do Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, em horário das 08h às 11h30 e das 14h às 17h30, telefone (61)3411-6806 ou 6626.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato decorrente do registro de preço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato decorrente do registro de preço, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato decorrente do registro de preço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preço acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preço anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preço emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preço informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato decorrente do registro de preço nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preço comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preço verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preço atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato decorrente do registro de preço coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato decorrente do registro de preço acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato decorrente do registro de preço acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato decorrente do registro de preço emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato decorrente do registro de preço tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato decorrente do registro de preço deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato decorrente do registro de preço deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais a serem entregues, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.24. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/05/2024.

7.25. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.26. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.27. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.28. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.29. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.31. O reajuste será realizado por apostilamento.

Obrigações do Contratante

7.32. São obrigações do Contratante:

7.32.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.32.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.32.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.32.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.32.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

7.32.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

7.32.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.32.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.32.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.32.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.32.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.32.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do Contratado

7.33.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.33.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.33.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.33.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.33.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. UASG 110322 Termo de Referência 36/2023 Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 11 de 17

7.33.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.33.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.33.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.33.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.33.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.33.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

7.33.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.33.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.33.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.33.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.33.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

Infrações e Sanções Administrativas

7.34. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.35. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 7.34, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 7.34, de 15% a 20% do valor do Contrato;
- d) Para infração descrita na alínea “b” do item 7.34, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;
- e) Para infrações descritas na alínea “d” do item 7.34, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- f) Para a infração descrita na alínea “a” do item 7.34, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

7.36. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.36.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.36.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.36.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.36.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.37. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.38. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.39. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.40. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.41. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.42. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.43. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Cessão de crédito

7.44. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.44.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.45. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.47. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.48. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, no Sistema de Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado conforme disponibilidade da ata de registro de preço, sem quantitativo predefinido, e será entregue em função do consumo e demanda.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Não será exigido.

Qualificação Técnica

8.29. Não será exigido.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 37.402,34

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 37.402,34 (trinta e sete mil quatrocentos e dois reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste documento.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; e

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 110322;

II) Fonte de Recursos: 0100;

III) Programa de Trabalho: 04122410246930001;

IV) Elemento de Despesa: 339030

V) Plano Interno: 00154350000 - demais despesas;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Correções realizadas conforme solicitações enviadas por meio do DESPACHO SEI/PR 6338407.

REBERTY PEREIRA LUZ

Membro da comissão de contratação

Estudo Técnico Preliminar 68/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00185001413/2024-76

2. Descrição da necessidade

- 2.1 Cabe à Secretaria de Coordenação e Assuntos Aeroespaciais (SCAE), através do Departamento de Coordenação de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar (DCEV), nos termos do Art. 17 do Decreto Nº 11.676/2023, o preparo e a execução dos eventos e das viagens presidenciais no país e no exterior, em coordenação com os demais órgãos envolvidos, e de outras autoridades ou personalidades de interesse do Presidente da República (PR).
- 2.2 Viagens oficiais muitas vezes envolvem itinerários rigorosos e cronogramas apertados. O descanso e conforto adequados são essenciais para garantir a eficiência e a produtividade do Presidente durante compromissos oficiais no local de destino. A disponibilidade de materiais de cama confortáveis e produtos de higiene pessoal de qualidade contribuirá para minimizar o cansaço e maximizar o desempenho do Chefe de Estado.
- 2.3 Ainda nessa esteira, a aquisição de utensílios de mesa, sejam copos, talheres e afins, visam assegurar que os alimentos fornecidos à bordo da aeronave presidencial atendam aos mais altos padrões de segurança e higiene é essenciais para proteger a saúde e o bem-estar do presidente da república e sua comitiva.
- 2.4 A imagem do PR reflete diretamente a imagem do País. Oferecer condições adequadas de conforto durante os deslocamentos oficiais não apenas demonstra respeito pela posição ocupada pelo Chefe de Estado, mas também reforça a seriedade e o profissionalismo do Governo brasileiro perante à comunidade internacional.
- 2.5 Além da questão midiática, a aquisição de materiais de qualidade para cama, mesa e banho representa um investimento inteligente a longo prazo. Itens duráveis e de alta qualidade exigirão menos substituições ao longo do tempo, resultando em economia de recursos financeiros e logísticos para a Administração.
- 2.6 Relevante registrar que a escolha do Sistema de Registro de Preços para a aquisição além de otimizar a contratação, respeita os princípios licitatórios da ampla participação e da economicidade, conforme já explicitado acima, caracterizando a vantajosidade para a Administração, que só comprará os materiais necessários à viabilização dos objetivos de segurança almejados.
- 2.7 Diante do exposto, tem-se que a aquisição de material de cama, mesa e banho para atendimento de missões presidenciais é necessária ao atingimento da missão institucional do DCEV e, em maior do escala, do Gabinete de Segurança Institucional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Coordenação de Eventos Viagens e Cerimonial Militar (DCEV)	Carlos Vitor Palhão Machado - T.Cel FAB

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento, e indicado que será realizado de forma parcelada, no seguinte endereço: Departamento de Coordenação de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar (DCEV), situada na Avenida N-2 Norte - S/N - Sala 100, Fundo do Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, em horário das 09h às 11h30min e das 14h às 17h30min.

4.2. Não será exigido que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Preliminar e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.8. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, preferencialmente em material reciclável, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.9. Da Garantia dos bens:

4.9.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.9.2. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.9.3. Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais.

4.9.4. O pedido de substituição do objeto, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, e-mail, fax ou outro meio hábil de comunicação.

4.9.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.9.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.9.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.9.8. A garantia legal ou contratual dos materiais tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram feitas consultas a fornecedores especializados no mercado para o tipo de contratação pretendida, analisando possibilidades quanto a contratação de serviço, comodato, bem como a aquisição dos materiais pela Administração.

5.2. Nesse sentido, o meio que se mostrou mais viável a fim de solucionar a presente necessidade, foi a aquisição de materiais diretamente pela Administração.

5.3. Sendo assim, aquisição de utensílios de mesa, copos, talheres, roupas de cama e afins, segue conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	PREÇO REFERÊNCIA /UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	COPO LONG DRINK Copo de vidro cristalino transparente de capacidade para 350ml, com fundo reforçado nas seguintes dimensões: Diâmetro da boca 6,2 cm x Altura 14 cm.	442704	UND	48	29,93	1.436,64
2	TAÇA VINHO BRANCO Taça de cristal titanium transparente de capacidade para 250ml, nas seguintes dimensões: volume - 250ml; Diâmetro da Peça- 07cm x 22cm; Diâmetro da borda-05,7cm; Espessura da Borda- 0,12cm; Diâmetro do bojo- 08cm; Diâmetro da base- 07,5cm; e Espessura da haste- 0,77cm.	243007	UND	48	31,39	1.506,72
3	COPO DE VIDRO CRISTALINO Copo de vidro cristalino transparente de capacidade para 205ml, com fundo reforçado nas seguinte dimensões: Diâmetro da boca 6,4 cm x Altura 8,3cm.	227099	UND	48	37,18	1.784,64
4	COLHER DE CAFÉ Colher de café feito em material aço inox, com as seguintes dimensões: 11,4cm altura x 2,6cm largura.	379340	UND	96	2,53	242,88

5	COLHER CHÁ Colher de chá feito em material de aço inox, com as seguintes dimensões: 12,6cm de altura x 2,9cm de largura. Material: aço inox	274109	UND	96	3,85	369,60
6	COLHER DE SOPA Colher de sopa feita em material aço inox, com as seguintes dimensões: 22cm de altura x 5cm de largura.	437924	UND	48	8,50	408,00
7	CAIXA TÉRMICA 40L Caixa térmica de Alta qualidade e resistência, feita em material de Poliuretano, contendo alça para transporte e isolamento térmico. Destinada a conservar a temperatura por um período mínimo de 12 horas, com as seguintes dimensões: Comp 51cm x Larg 42cm x Alt 38cm; Capacidade entre 40 e 45 litros.	373321	UND	12	293,51	3.522,12
8	COOLER TÉRMICO COM DUAS RODAS 42L Cooler Térmico com 02(duas) rodas e 42 litros de capacidade de dimensões: 41cm x 38cm x 50cm. Com uma tampa para abertura na parte superior. O Carrinho consiste em uma base com caixa térmica e rodas para todos os tipos de terreno e uma alça retrátil.	338808	UND	08	267,17	2.137,36
9	TAPETE CAPACHO Feito em material de Polipropileno e borracha, na coloração preta contendo as		UND	12	67,05	804,60

	seguintes dimensões: 40 cm x 60 cm. Característica importante: Antiderrapante.	297513				
10	JOGO AMERICANO Jogo americano antiderrapante feito em material 100% PVC na coloração preta e contendo as seguintes dimensões: 45cm x 30cm. Característica importante: Antiderrapante	266267	UND	36	25,44	915,84
11	CONJUNTO BANHO 5 PEÇAS Feito em Fio Cotone Speciale, composto de 100% algodão, na coloração branca. Nas seguintes Medidas: Toalha de Banho 86cm X 1,50m; Toalha de Rosto 48cm X 80cm; Piso 48cm X 80cm, Característica importante: Conjunto vendido em kit de 5 peças. (2 toalhas de banho, 2 toalhas de rosto e 1 toalha de piso) gramatura de 500g/m²..	606421	KIT	08	164,61	1.316,88
12	TOALHA PISO PARA BANHEIRO Toalha feita em material: 100% algodão na cor branca. contendo as seguintes dimensões: 70 cm x 48 cm em formato retangular e gramatura de 600g/m².	416485	UND	24	24,80	595,20
13	TOALHA LAVABO Kit com 06 toalhas para enxugar mãos e rosto, feita em fio penteado com 100% algodão na composição, na coloração branca. Contendo as	467237	KIT	04	42,66	170,64

	seguintes dimensões: 30cm X 50cm com gramatura de 540g /m².					
14	<p>JOGO DE CAMA QUEEN 4 PEÇAS</p> <p>Peças de roupa de cama na coloração branca, feitas em tecido 100% Algodão, 1000 fios, no tamanho Queen contendo as seguintes dimensões: Lençol de cima 2,40m x 2,60m; Lençol de baixo 1,60m x 2,00m x 40cm; Fronhas 50cm x 70cm, Acabamento: Sobre lençol deve possuir bordado aplicado; Fronha com 3 abas de 7cm e bordado aplicado;</p> <p>Características importantes: kit com 4 peças (1 Lençol de Baixo com elástico, 1 Lençol de Cima, (2 Fronhas) e combinação de cores branco com bordado Natural.</p>	304311	KIT	08	380,88	3.047,04
15	<p>CONJUNTO QUEEN 3 PEÇAS</p> <p>Peças de roupa de cama na coloração azul marinho, feitas em tecido 100% Algodão, 1000 fios, no tamanho Queen, contendo as seguintes dimensões: Lençol de cima 2,40m x 2,60m; Fronhas 50cm x 70cm.</p> <p>Características importantes: acabamento 1000 fios, 100% algodão tamanho queen , kit com 3 peças (2 porta travesseiros e 1 colcha) na cor, azul marinho.</p>	467254	KIT	04	273,60	1.094,40
	<p>COBERTOR QUEEN</p> <p>Tamanho queen a coloração rosê com material micro</p>					

16	flanelado composto 100% em poliester. nas seguintes dimensões: 158cm x 198cm. Com 380g/m² de gramatura e bordas costuradas.	603916	UND	04	512,05	2.048,20
17	COBERTOR MICROFIBRA SOLTEIRO Tamanho solteiro na coloração azul com material micro flanelado composto 100% em poliester. nas seguintes dimensões: 88cm x 188cm. Com 380g/m² de gramatura e bordas costuradas.	481762	UND	150	79,23	11.884,50
18	CABIDE ANTIFURTO Cabide preto que mantém-se fixo no varo através de sistema de argola com trava. Feito em material de polipropileno e poliestireno, nas seguintes dimensões: 42cm (C) x 5,5cm (L) x 26cm (A). Características importantes: cabide anti furto.	207134	UND	50	27,77	1.388,50
19	CARRINHO DE MÃO DOBRÁVEL Carrinho de mão com estrutura em tubo de alumínio, conexões em polipropileno, rodas revestidas com borracha sintética, base dobrável, cabo telescópico e plataforma em alumínio fundido. Tamanho das rodas 7.0/0", altura mínima do carrinho 79,00cm, altura máxima do carrinho 107,0cm, largura da base do carrinho 48,0cm, comprimento da base do carrinho 35,0cm, capacidade de carga do carrinho 100kg.	239944	UND	06	455,67	2.734,02

VALOR TOTAL

R\$ 37.402,34

5.4. A pesquisa de preços seguiu as determinações constantes da Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021, conforme previsto no Art. 5, Incisos I, II e III sendo utilizada como metodologia para obtenção do preço, o menor dos preços obtidos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Ainda nessa esteira, a aquisição de utensílios de mesa, sejam copos, talheres e afins, visam assegurar que os alimentos fornecidos à bordo da aeronave presidencial atendam aos mais altos padrões de segurança e higiene é essenciais para proteger a saúde e o bem-estar do presidente da república e sua comitiva.

6.2 Diante do exposto, tem-se que a aquisição de material de cama, mesa e banho para atendimento de missões presidenciais é necessária ao atingimento da missão institucional do DCEV e, em maior do escala, do Gabinete de Segurança Institucional.

6.3 Nesse contexto, o objetivo da aquisição em tela é manter a eficiência no atendimento das missões Presidenciais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O quantitativo de material definido pelo Departamento de Coordenação de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar (DCEV) considerando atender as demandas.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD
1	COPO LONG DRINK Copo de vidro cristalino transparente de capacidade para 350ml, com fundo reforçado nas seguintes dimensões: Diâmetro da boca 6,2 cm x Altura 14 cm.	442704	UND	48
2	TAÇA VINHO BRANCO Taça de cristal titanium transparente de capacidade para 250ml, nas seguintes dimensões: volume - 250ml; Diâmetro da Peça-07cm x 22cm; Diâmetro da borda-05,7 cm; Espessura da Borda- 0,12cm; Diâmetro do bojo- 08cm; Diâmetro da base- 07,5cm; e Espessura da haste- 0,77cm.	243007	UND	48
3	COPO DE VIDRO CRISTALINO Copo de vidro cristalino transparente de capacidade para 205ml, com fundo reforçado nas seguinte dimensões: Diâmetro da boca 6,4 cm x Altura 8,3cm.	227099	UND	48

4	<p align="center">COLHER DE CAFÉ</p> <p>Colher de café feito em material aço inox, com as seguintes dimensões: 11,4cm altura x 2,6cm largura.</p>	379340	UND	96
5	<p align="center">COLHER CHÁ</p> <p>Colher de chá feito em material de aço inox, com as seguintes dimensões: 12,6cm de altura x 2,9cm de largura. Material: aço inox</p>	274109	UND	96
6	<p align="center">COLHER DE SOPA</p> <p>Colher de sopa feita em material aço inox, com as seguintes dimensões: 22cm de altura x 5cm de largura.</p>	437924	UND	48
7	<p align="center">CAIXA TÉRMICA 40L</p> <p>Caixa térmica de Alta qualidade e resistência, feita em material de Poliuretano, contendo alça para transporte e isolamento térmico. Destinada a conservar a temperatura por um período mínimo de 12 horas, com as seguintes dimensões: Comp 51cm x Larg 42cm x Alt 38cm; Capacidade entre 40 e 45 litros.</p>	373321	UND	12
8	<p align="center">COOLER TÉRMICO COM DUAS RODAS 42L</p> <p>Cooler Térmico com 02(duas) rodas e 42 litros de capacidade de dimensões: 41cm x 38cm x 50cm. Com uma tampa para abertura na parte superior.</p> <p>O Carrinho consiste em uma base com caixa térmica e rodas para todos os tipos de terreno e uma alça retrátil.</p>	338808	UND	08
9	<p align="center">TAPETE CAPACHO</p> <p>Feito em material de Polipropileno e borracha, na coloração preta contendo as seguintes dimensões: 40 cm x 60 cm. Característica importante: Antiderrapante.</p>	297513	UND	12
	<p align="center">JOGO AMERICANO</p>			

10	Jogo americano antiderrapante feito em material 100% PVC na coloração preta e contendo as seguintes dimensões: 45cm x 30cm. Característica importante: Antiderrapante	266267	UND	36
11	<p>CONJUNTO BANHO 5 PEÇAS</p> <p>Feito em Fio Cotone Speciale, composto de 100% algodão, na coloração branca. Nas seguintes Medidas: Toalha de Banho 86cm X 1,50m; Toalha de Rosto 48cm X 80cm; Piso 48cm X 80cm, Característica importante: Conjunto vendido em kit de 5 peças. (2 toalhas de banho, 2 toalhas de rosto e 1 toalha de piso) gramatura de 500g /m²..</p>	606421	KIT	08
12	<p>TOALHA PISO PARA BANHEIRO</p> <p>Toalha feita em material: 100% algodão na cor branca. contendo as seguintes dimensões: 70 cm x 48 cm em formato retangular e gramatura de 600g/m².</p>	416485	UND	24
13	<p>TOALHA LAVABO</p> <p>Kit com 06 toalhas para enxugar mãos e rosto, feita em fio penteado com 100% algodão na composição, na coloração branca. Contendo as seguintes dimensões: 30cm X 50cm com gramatura de 540g/m².</p>	467237	KIT	04
14	<p>JOGO DE CAMA QUEEN 4 PEÇAS</p> <p>Peças de roupa de cama na coloração branca, feitas em tecido 100% Algodão, 1000 fios, no tamanho Queen contendo as seguintes dimensões: Lençol de cima 2,40m x 2,60m; Lençol de baixo 1,60m x 2,00m x 40cm; Fronhas 50cm x 70cm, Acabamento: Sobre lençol deve possuir bordado aplicado; Fronha com 3 abas de 7cm e bordado aplicado;</p> <p>Características importantes: kit com 4 peças (1 Lençol de Baixo com elástico, 1 Lençol de Cima, (2 Fronhas) e combinação de cores branco com bordado Natural.</p>	304311	KIT	08

15	<p>CONJUNTO QUEEN 3 PEÇAS</p> <p>Peças de roupa de cama na coloração azul marinho, feitas em tecido 100% Algodão, 1000 fios, no tamanho Queen, contendo as seguintes dimensões: Lençol de cima 2,40m x 2,60m; Fronhas 50cm x 70cm. Características importantes: acabamento 1000 fios, 100% algodão tamanho queen, kit com 3 peças (2 porta travesseiros e 1 colcha) na cor, azul marinho.</p>	467254	KIT	04
16	<p>COBERTOR QUEEN</p> <p>Tamanho queen a coloração rosê com material micro flanelado composto 100% em poliéster. nas seguintes dimensões: 158cm x 198cm. Com 380g/m² de gramatura e bordas costuradas.</p>	603916	UND	04
17	<p>COBERTOR MICROFIBRA SOLTEIRO</p> <p>Tamanho solteiro na coloração azul com material micro flanelado composto 100% em poliéster. nas seguintes dimensões: 88cm x 188cm. Com 380g/m² de gramatura e bordas costuradas.</p>	481762	UND	150
18	<p>CABIDE ANTIFURTO</p> <p>Cabide preto que mantém-se fixo no varo através de sistema de argola com trava.</p> <p>Feito em material de polipropileno e poliestireno, nas seguintes dimensões: 42cm (C) x 5,5cm (L) x 26cm (A). Características importantes: cabide anti furto.</p>	207134	UND	50
19	<p>CARRINHO DE MÃO DOBRÁVEL</p> <p>Carrinho de mão com estrutura em tubo de alumínio, conexões em polipropileno, rodas revestidas com borracha sintética, base dobrável, cabo telescópico e plataforma em alumínio fundido. Tamanho das rodas 7.0 /0", altura mínima do carrinho 79,00cm, altura máxima do carrinho 107,0cm, largura da base do carrinho 48,0cm, comprimento</p>	239944	UND	06

	da base do carrinho 35,0cm, capacidade de carga do carrinho 100kg.			
--	--	--	--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 37.402,34

8.1 O preço total da aquisição está estimado em R\$ 37.402,34 (trinta e sete mil quatrocentos e dois reais e trinta e quatro centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A aquisição dos diferentes itens discriminados neste Estudo Técnico, será efetuada por meio de Sistema de Registro Preços (SRP), que poderão ser atendidos por um mesmo ou por diferentes fornecedores, resultando em uma ou mais Atas de Registro de Preços, o que além de otimizar a contratação, respeita os princípios licitatórios da ampla participação e da economicidade, caracterizando a vantajosidade para a Administração, que só comprará os os utensílios de mesa, copos, talheres, roupas de cama e afins, necessários ao cumprimento da missão do DCEV.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não é o caso.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação está alinhada com o Plano Anual de Contratações 2024: item nº 110322-90077/2023 - Aquisição de materiais de cama, mesa, banho e utensílios domésticos - Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) nº 93/2023, 95 /2023 e 192/2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Oferecer condições adequadas de conforto durante os deslocamentos nas missões oficiais, demonstrando respeito pela posição ocupada pelo Chefe de Estado.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os materiais devem apresentar alta qualidade e serem fabricados com matérias-primas resistentes e duráveis, reduzindo assim a necessidade de substituição frequente e, conseqüentemente, o descarte desnecessário, diminuindo o impacto ambiental, resultando assim em economia financeira a longo prazo.

14.2. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria, para cada item preferencialmente em, material reciclável, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

14.3. Os resíduos eventualmente gerados com a presente contratação, principalmente com a substituição de peças e insumos inservíveis, serão encaminhados à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada, conforme determinado na alínea 'a', inciso I, do art. 31 da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Atualização com correção dos itens solicitados pelo despacho Nº 6072282 (COLIC)

REBERTY PEREIRA LUZ

Membro da comissão de contratação